



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0010560-64.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia**
 Requerente: **MARIA JOSÉ RODRIGUES PRATES**
 Requerido: **EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A - EMBRATEL**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que a autora questiona a cobrança de serviços que recebeu da ré sem que houvesse motivos para tanto, postulando assim a declaração de sua inexigibilidade.

A ré em contestação esclareceu que perante o PROCON local concordou com a declaração pleiteada pela autora, de sorte que ela não teria interesse de agir.

Sem embargo do documento de fl. 10, e na esteira do que foi firmado a fl. 33, a ré posteriormente a tal manifestação emitiu notificações à autora dando conta da existência de dívidas a seu cargo.

A despeito da explicação de fl. 35, reputo conveniente o pronunciamento a propósito do assunto versado, inclusive para prevenir eventuais novos problemas que poderiam advir quanto ao mesmo tema.

Nesse sentido, é certo que a ré em momento algum amealhou um indício sequer que demonstrasse a regularidade na contratação refutada pela autora, o que patenteia a ausência de lastro às cobranças aludidas.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Ela, aliás, sequer esclareceu como teria sido convencionado o suposto ajuste com a autora e bem por isso o acolhimento da pretensão deduzida é de rigor.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a inexigibilidade de quaisquer débitos da autora para com a ré relacionados à linha telefônica nº (16) 3374-3266.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 30 de novembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**